

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (CCH)
ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA (EB)

JAQUELINE BENITES MARQUES

**AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS E COMUNITÁRIAS TORNANDO-SE UM ESPAÇO
PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A CONSCIENTIZAÇÃO NA RECICLAGEM DE
MATERIAIS**

Rio de Janeiro
2017

JAQUELINE BENITES MARQUES

**AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS E COMUNITÁRIAS TORNANDO-SE UM ESPAÇO
PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A CONSCIENTIZAÇÃO NA RECICLAGEM DE
MATERIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Biblioteconomia do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio Janeiro, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Elisa Campos Machado

Rio de Janeiro
2017

M357b Marques, Jaqueline Benites.

As bibliotecas públicas e comunitárias tornando-se um espaço para educação ambiental e a conscientização na reciclagem de materiais / Jaqueline Benites Marques. – 2017.

44 p.: il. color.; 30 cm.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Elisa Campos Machado

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação)-Escola de Biblioteconomia. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Inclui Bibliografia: p. 40-44

1. Biblioteca Pública. 2. Biblioteca Comunitária. 3. Bibliotecas Verdes. 4. Sustentabilidade. I. Machado, Elisa Campos. II. Título

CDD – 027.4

JAQUELINE BENITES MARQUES

**AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS E COMUNITÁRIAS TORNANDO-SE UM ESPAÇO
PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A CONSCIENTIZAÇÃO NA RECICLAGEM DE
MATERIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de
Biblioteconomia do Centro de
Ciências Humanas e Sociais da
Universidade Federal do Estado do
Rio Janeiro, como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharel em
Biblioteconomia.

Aprovado em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a. Elisa Campos Machado (Orientadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Alberto Calil Elias Júnior (Avaliador)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Ma. Nathalice Bezerra Cardoso (Avaliadora)
Escola de Guerra Naval

Dedico a minha mãe Laura, pois sem ela eu nada seria.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe Laura, aos meus irmãos Elisângela e Sebastião e a minha cunhada Raquel, pelo amor e carinho depositados em mim, que me deram forças para continuar a trilhar este caminho. Ah! E ao meu querido sobrinho Bruno de apenas 4 anos, mas que já sabe fazer a coleta seletiva.

Sou extremamente grata a minha orientadora prof^a Dr^a. Elisa Campos Machado por aceitar me orientar em tão pouco tempo, pelas orientações acadêmicas, generosidade, paciência, apoio e contribuições para atingir o produto final desse trabalho.

Aos professores dos cursos de Biblioteconomia, Filosofia, Museologia e Pedagogia.

Aos colegas de curso, em especial: Márcia Carnaval, Rodrigo Floro, Alvamaria, Fátima de Luzie, sempre apoiando e em momentos de dúvidas estavam lá pra me ajudar.

Aos funcionários e bibliotecários da Biblioteca Central UNIRIO, onde realizei meu estágio, sempre atenciosos e dispostos a ensinar.

Aos colegas de trabalho Carlos Eduardo, Célio, Fernando, Isabel, Pierre, Rodrigo, Ronaldo, Rogério e Tônia, pelo incentivo e apoio nos momentos tensos, e que cada um na sua expertise me ajudaram de alguma forma.

Aos meus amigos e familiares, (em especial ao Valdeir) pelo incentivo e apoio constante.

Aos funcionários do Ecoponto, posto EcoClin Largo da Batalha, em Niterói, onde entrego todo meus resíduos sólidos, sempre dispostos a tirar minhas dúvidas referentes a reciclagem e a atender com muita atenção, respeito e cordialidade.

Agradeço infinitamente a Deus pela luz, força e proteção, pois para viver nesta cidade, só com muita bênção Divina.

A todos, meu muito obrigada!

“Na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”.

Antoine Lavoisier

*“A natureza é o único livro que oferece um conteúdo valioso em todas as suas
folhas.”*

Goethe

RESUMO

Apresenta a temática das bibliotecas verdes no âmbito das bibliotecas públicas e comunitárias. Tem por objetivo contribuir para que os bibliotecários se apropriem do conceito de bibliotecas verdes a fim de adotar seus princípios nas bibliotecas públicas e comunitárias. Trata-se de uma pesquisa aplicada, com abordagem qualitativa que adota as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. Do ponto de vista dos aportes teóricos e respaldo legal para tal discussão, considera a Constituição Federal de 1988 no seu artigo 225, a Lei Federal nº 9.795 de 25/04/1999, o Decreto nº 4.281 de 25/06/2002, os tratados, conferências, acordos, a Agenda 2030, as diretrizes da IFLA/UNESCO e a Certificação Internacional LEED. Apresenta a Biblioteca Solidária Ecoteca Cidadão, uma biblioteca comunitária, que promove práticas e ações sustentáveis, como referência para a área.

Palavras-chave: Bibliotecas Públicas. Bibliotecas Comunitárias. Bibliotecas Verdes.

ABSTRACT

It presents the theme of green libraries within public and community libraries. It aims to help librarians take ownership of the concept of green libraries in order to adopt their principles in public and community libraries. It is an applied research, with a qualitative approach that adopts bibliographic and documentary research techniques. From the point of view of theoretical contributions and legal support for such a discussion, it considers the Federal Constitution of 1988, in its article 225, Federal Law 9.795 of 04/25/1999, Decree No. 4.281 of June 25, 2002, Conferences, agreements, Agenda 2030, IFLA / UNESCO guidelines and LEED International Certification. It presents the Solidary Library Ecoteca Cidadão, a community library, which promotes sustainable practices and actions, as a reference for the area.

Keywords: Public Libraries. Community Libraries. Green Libraries.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AMSC	Associação de Mulheres Solidárias Criativas
BN	Biblioteca Nacional
BPERJ	Biblioteca Parque Estadual no Rio de Janeiro
CLIN	Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói
ENEL	Empresa de Energia Elétrica
GBC Brasil	<i>Green Building Council</i> Brasil
IFLA	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>
ISO	<i>International Standards Organization</i>
LEED	<i>Leadership in Energy and Environmental Design</i>
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
SNBP	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
TICs	Tecnologia da Informação e Comunicação
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i> (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura)
USGBC	<i>United States Green Building Council</i>

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1	Metas dos ODS.....	25
Figura 2	17 Objetivos Globais.....	27
Figura 3	Movimento Nacional ODS Nós Podemos.....	27
Figura 4	Grupo de Trabalho – Agenda 2030.....	28
Figura 5	Programa Cidades Sustentáveis.....	28
Figura 6	Rede ODS Brasil.....	29
Figura 7	Estratégia ODS.....	29
Figura 8	Níveis de certificação LEED.....	30
Figura 9	Como a certificação LEED funciona?.....	34
Figura 10	Centro Eco Cultural Cidadão Solidário (Instituto Eco Cidadão)	36
Figura 11	Planta do Projeto Instituto Eco Cidadão.....	36
Figura 12	Projeto Trocadeira – incentiva a troca para reutilização.....	37
Figura 13	Ecoteca – Leia, Empréstimo ou Devolva.....	39
Figura 14 e 15	Biblioteca Solidária Ecoteca.....	39
Figura 16	Espaço EcoKids.....	40

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Justificativa	14
1.2	Objetivos	16
1.3	Metodologia	16
2	REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1	Educação Ambiental e Sustentabilidade	20
2.2	Bibliotecas Verdes	22
2.3	Agenda 2030 e Desenvolvimento Sustentável	24
2.4	Certificação Internacional LEED	29
3	BIBLIOTECA SOLIDÁRIA ECOTECA CIDADÃO	35
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
	REFERÊNCIAS	43

1 INTRODUÇÃO

O crescimento populacional e o rápido avanço tecnológico tornou-se uma preocupação mundial, pois entre as diversas consequências, esta situação gera um problema: onde descartar tanto lixo produzido diariamente?

Diante desse problema, pesquisadores e ambientalistas (LEFF, 2012; SACHS, 2002; SILVA, 2011; entre outros) começaram a se preocupar com toda essa grande massa de lixo e qual o melhor destino para este. Iniciaram estudos sobre a questão do reaproveitamento do lixo e as fontes renováveis de energia. Viram que a emergência da questão ambiental em todo o planeta se mostra uma problemática de profundo impacto nos mais diversos patamares da vida humana, convertendo-se em um dos eixos centrais dos processos de desenvolvimento.

O problema se tornou tão sério que diversas declarações, convenções e tratados internacionais passaram a abordar a necessidade e a possibilidade de se projetar estratégias ambientalmente adequadas para determinar e promover um desenvolvimento sustentável.

Reuniões mundiais começaram a ser realizadas com o objetivo de encontrar soluções para um desenvolvimento menos impactante para o planeta. Entre essas reuniões, destacam-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano (Estocolmo, 1972), o Protocolo de Montreal (Montreal, 1987), a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento – ECO92 (Rio de Janeiro, 1992), Conferências das Partes 3 – COP3, conhecido como Protocolo de Quioto (Kyoto, 1997), a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+10 (Johanesburgo, 2002), a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – COP15 (Copenhague, 2009), a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20 (Rio de Janeiro, 2012) e a recente Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável (Nova Iorque, 2015).

Na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano (Estocolmo, 1972) surgiu, pela primeira vez, a menção ao termo sustentável. Na época chamada ainda de “ecodesenvolvimento”. Em 1987, a ONU apresentou o Relatório *Brundtland* mais conhecido como “Nosso Futuro Comum”. O relatório foi pioneiro para época, pois foi o primeiro documento que registrou e tornou pública a definição de desenvolvimento sustentável: “aquele que atenda as necessidades do

presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades” (NOSSO FUTURO COMUM, 1991, p. 9).

De 1987 até os dias de hoje, a sustentabilidade deixou de ser apenas uma ideia e se consolidou um modelo de desenvolvimento capaz de reduzir os impactos ambientais, sociais e econômicos de característica negativa, ao mesmo passo em que aumenta eficiência, reduz custos e maximiza lucros, podendo ser aplicado e disseminado em todas as áreas de atuação.

Com tudo isso, a questão da reciclagem tomou força e, hoje em dia, com o desenvolvimento de pesquisas e com tecnologias adequadas, podemos reaproveitar todos os materiais sólidos que jogamos diariamente no lixo. Para isso, devemos colocar em prática ações de usos sustentáveis - inicialmente denominadas de 3 Rs da sustentabilidade (reduzir, reutilizar e reciclar), que hoje se constituem nos 5 Rs (reduzir, reutilizar, reaproveitar, reciclar e repensar), e no futuro próximo já está sendo considerada a adoção dos 7 Rs (reduzir, reutilizar, reaproveitar, reciclar, repensar, recusar e recuperar) - ações práticas que visam estabelecer uma relação mais harmônica entre consumidor e o Meio Ambiente.

Trata-se de mudanças profundas no que tange a educação e conscientização ambiental da população e adoção de práticas que visam diminuir o custo de vida (reduzir gastos, economizar), além de favorecer o desenvolvimento sustentável (desenvolvimento econômico com respeito e proteção ao meio ambiente).

Nesse contexto acredita-se que as bibliotecas públicas e comunitárias podem assumir um papel protagonista para o desenvolvimento sustentável de sua localidade, por meio da adoção de ações e princípios da educação ambiental.

Podemos corroborar essas ações a partir das Diretrizes da FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E BIBLIOTECAS sobre os serviços da Biblioteca Pública (IFLA, 2013, p. 9), construídas a partir do Manifesto da IFLA/UNESCO para as bibliotecas públicas, de 1994, que apontam a biblioteca pública como “o principal ponto de acesso da comunidade, concebido para, de forma proativa, dar resposta às suas necessidades de informação em permanente mudança”.

E ainda sobre essas ações, em decorrência da Reunião em Glasgow (2002), por ocasião do 75º aniversário da sua criação, a *Internacional Federation of Library*

Associations (IFLA) publica a “Declaração sobre Bibliotecas e Desenvolvimento Sustentável” que:

- declara que todos os seres humanos têm o direito fundamental a um ambiente adequado à sua saúde e bem-estar;
- reconhece a importância de um compromisso com o desenvolvimento sustentável para atender às necessidades presentes sem comprometer as capacidades futuras;
- afirma que os serviços de biblioteca e informações devem promover o desenvolvimento sustentável, assegurando a liberdade de acesso à informação.

Somando-se a isso, encontra-se o movimento a favor da biblioteca verde, que surgiu a partir do *green building*, que tem como prerrogativas as construções sustentáveis, design, arquitetura, gestão, preservação e uso sustentável de recursos naturais e materiais. Cabendo a esse novo conceito de biblioteca a promoção de ações educativas conscientizadoras dirigidas ao meio ambiente.

Diante dessa realidade surge a questão: como as bibliotecas públicas e comunitárias no Brasil estão contribuindo para o desenvolvimento sustentável?

Com base nessa questão, delinearão-se como temática desta pesquisa as questões que envolvem a relação das bibliotecas públicas e comunitárias com a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a adoção de práticas que garantam que essas bibliotecas se transformem em bibliotecas verdes.

Esta pesquisa encontra-se dentro da Linha de Pesquisa Biblioteconomia, Cultura e Sociedade e integra o repertório de debates que vêm sendo realizados dentro do Grupo de Pesquisa Bibliotecas Públicas no Brasil: teoria e prática.

1.1 Justificativa

A preocupação em propagar as ideias referentes às práticas sustentáveis se deu a partir de experiências práticas vivenciadas pela aluna, no que se refere à questão da reciclagem, e de sua atuação como cidadã no projeto das empresas

Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói (CLIN) e Enel Brasil¹, ambas localizadas na cidade de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, que implementaram ações voltadas para conscientização da preservação do meio ambiente, realizando oficinas de artesanato com materiais recicláveis, distribuição de mudas de plantas e troca do material reciclável, revertendo estes em bônus para a conta de energia elétrica.

A Constituição Federal brasileira, promulgada no ano de 1988, pressupõe em seu artigo 225 que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Esse pensar nas gerações futuras, tal como estabelecido na Constituição e sendo um dever do Estado, implica toda uma discussão a respeito da formação de uma nova postura global que delinearía novas direções do desenvolvimento e das práticas ambientais nas mais distintas esferas. Para a disposição deste artigo foi sancionada a Lei Federal nº. 9.795, de 25 de abril de 1999 “Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências”, regulamentada em 25 de junho de 2002 por meio do decreto nº. 4.281, colocando ao poder público a responsabilidade de promover a educação ambiental em todos os âmbitos das políticas públicas.

Amparado por essa legislação espera-se que o presente estudo possa contribuir para o aprimoramento, desenvolvimento, conscientização e disseminação do papel social das bibliotecas públicas e comunitárias que, enquanto espaços públicos, possam promover a defesa do meio ambiente e a sustentabilidade nos comportamentos e ações diante da sociedade como um todo e sirva de reflexão para prática na área biblioteconômica. Entende-se também que estabelecer vínculos e parcerias com seus usuários é um dos fatores que favorecem a mediação da informação e, conseqüentemente, a adoção de uma biblioteca voltada para uma sociedade sustentável comprometida com a responsabilidade social.

¹ Enel é uma empresa multinacional, integrada nos mercados globais de energia e gás. A Enel Brasil está localizada no município de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, atuando em 18 estados.

1.2 Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa é contribuir para que os bibliotecários se apropriem do conceito de bibliotecas verdes a fim de adotar seus princípios nas bibliotecas públicas e comunitárias. Para tanto, definiu-se como objetivos específicos:

- conhecer a literatura sobre o tema no campo da Biblioteconomia;
- identificar e apresentar experiências em andamento no Brasil que adote o conceito de biblioteca verde;
- propor ações que possam promover a prática da sustentabilidade no campo da Biblioteconomia.

1.3 Metodologia

Trata-se de uma pesquisa classificada como aplicada. Para Silva e Menezes (2005, p. 20) “a pesquisa aplicada objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”.

Quanto à sua abordagem, a pesquisa se classifica como qualitativa. Segundo Richardson (2012, p. 79), “como não emprega um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema. Não pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas”. Esse método justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social.

Buscou-se nessa pesquisa entender como se dá a sustentabilidade nas bibliotecas sem que para isso seja necessário utilizar um instrumental estatístico para a análise do problema e sim uma interpretação dos dados colhidos de acordo com a teoria estudada.

Os instrumentos de coleta de dados escolhidos foram a pesquisa documental e bibliográfica. A definição da amostra de pesquisa se deu após consulta em sites e dissertações sobre o assunto. Identificamos nesse momento duas bibliotecas brasileiras que se encontram dentro do campo das bibliotecas verdes, são elas: a Biblioteca Parque Estadual, no Rio de Janeiro (BPERJ), e a Biblioteca Solidária

Ecoteca Cidadão, situada na cidade de Balneário Camboriú, no estado de Santa Catarina (SC).

A BPERJ é a única com a certificação internacional LEED (*Leadership in Energy and Environmental Design*) no Brasil; no entanto, devido à crise financeira por que passa o Estado do Rio de Janeiro, a mesma encontra-se fechada, o que inviabilizou a sua integração ao universo dessa pesquisa.

A Biblioteca Solidária Ecoteca Cidadão é mantida por um projeto social, ecológico e solidário, fazendo parte do Centro Eco Cultural do projeto Eco Cidadão. Segundo o site institucional, adota práticas sustentáveis em suas ações e espaços e por isso foi selecionada para compor o universo dessa pesquisa.

Diante desse cenário optou-se pelo estudo de caso da Biblioteca Solidária Ecoteca Cidadão. De acordo com Yin:

Em geral, os estudos de caso representam estratégia preferida quando se colocam questões do tipo 'como' e 'por que', quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. (YIN, 2001, p. 19).

Apesar de não ter tido a oportunidade de fazer visita de campo, os materiais documentais disponíveis na web sobre a Ecoteca foram considerados suficientes para o estudo. São eles: o *site* e o perfil do *facebook* da instituição, onde foi possível realizar as pesquisas e acompanhar todos os projetos, compartilhar. Além disso, foram realizados contatos a distância, via e-mail, com o intuito de obter informações mais aprofundadas da instituição.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Em relação às bases teóricas, esta pesquisa teve como base leis, conferências, tratados, a Agenda 2030 e as reflexões apontadas por Cardoso (2015) e Dias (2015) em suas dissertações de mestrado, respectivamente: *Bibliotecas Verdes e Sustentáveis no Brasil: diretrizes para bibliotecas públicas;* e *Sustentabilidade Ambiental Aplicada aos Sistemas de Informação: estudo e proposta para as Bibliotecas Públicas em Portugal.*

Por meio de levantamento bibliográfico foi possível aprofundar a pesquisa, a fim de apresentar como essa temática se instala na atualidade no campo da Biblioteconomia.

As bibliotecas, em conjunto com os seus serviços de informação, contribuem para a boa execução de uma sociedade da informação inclusiva. Através delas permite-se a liberdade intelectual, fornecendo acesso à informação, ideias e conhecimento explicitado em qualquer meio. Bibliotecas de portas abertas e com o acesso ao acervo, auxiliam a preservar os valores democráticos e os direitos civis e universais de justiça em oposição a qualquer forma de censura.

Sobre essa vertente, o Manifesto da IFLA/UNESCO para biblioteca pública defende que:

A liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais. Só serão atingidos quando os cidadãos estiverem na posse da informação que lhes permita exercer os seus direitos democráticos e ter um papel activo na sociedade. A participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma educação satisfatória, como de um acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação (IFLA; UNESCO, 1994).

Cabe ressaltar que na esfera das bibliotecas públicas e comunitárias é importante salientar suas especificidades e o âmbito de atuação de cada uma delas e a contribuição que podem trazer à comunidade a que servem no que se refere à educação ambiental e sustentabilidade.

Para a IFLA:

O principal objetivo das bibliotecas públicas é fornecer recursos e serviços em diversos suportes, de modo a ir ao encontro das necessidades individuais ou coletivas, no domínio da educação, informação e desenvolvimento pessoal, e também de recreação e lazer. Desempenha um papel importante no desenvolvimento e manutenção de uma sociedade democrática, ao dar aos indivíduos acesso a um vasto campo de conhecimento, ideias e opiniões (IFLA; UNESCO, 1994).

De acordo com o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP)², hoje são 6.102 bibliotecas públicas municipais, estaduais e federais, distribuídas entre os 26 estados e o Distrito Federal (SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, 2015).

Lemos (2008), nos alerta para importância das bibliotecas e ressalta que esta não é apenas uma coleção de livros ou de outros materiais, tendo em vista que elas devem atender às necessidades da sociedade, proporcionando um ambiente propício à interação e ao compartilhamento, possibilitando que pessoas se reúnam em torno dos interesses comuns e que tenham acesso às ferramentas necessárias que não encontram em outros espaços, favorecendo a construção de bens que possam ser utilizados por toda a comunidade, a fim de propiciar o trabalho colaborativo e, conseqüentemente, a criação de conhecimento coletivo. Segundo ele:

Para haver uma biblioteca, no sentido de instituição social, é preciso que haja três pré-requisitos: a intencionalidade política e social, o acervo e os meios para sua permanente renovação, o imperativo de organização e sistematização; uma comunidade de usuários, efetivos ou potenciais, com necessidades de informação conhecidas ou pressupostas, e, por último, mas não menos importante, o local, o espaço físico onde se dará o encontro entre os usuários e os serviços da biblioteca (LEMOS, 2008, p. 101).

No que tange às bibliotecas comunitárias, as mesmas são consideradas um espaço de leitura, atuando, articulando e fazendo a mediação cultural com a comunidade, pois se configuram em ambientes físicos criados e mantidos por iniciativa das comunidades, geralmente sem a intervenção do poder público. Estes espaços comunitários possuem um acervo bibliográfico, abarcando diversas tipologias documentais. Suas coleções, por vezes, possuem organização improvisada ou intuitiva, visto que, em sua maioria, não contam com bibliotecários formados atuando na organização e tratamento dos documentos. Ressaltamos essa ideia com Machado:

Bibliotecas que surgem com práticas espontâneas, idealizadas e implementadas por agentes individuais ou coletivos; cidadãos comuns, com ou sem instrução formal, com ou sem apoio institucional. Surgem normalmente em lugares periféricos, em função da dificuldade de acesso aos bens culturais e da total ausência do Estado. Esses novos espaços de leitura e informação, em sua maioria, são criados por pessoas que não estão vinculadas à área de Biblioteconomia e Ciência da Informação e

² SNBP é o um organismo governamental subordinado ao Ministério da Cultura (MinC) que se propõe a apoiar o desenvolvimento das políticas culturais nacionais voltadas para bibliotecas públicas municipais e estaduais.

objetivam a reunião de uma coleção de livros que possibilite, principalmente às crianças e aos jovens, o acesso ao livro e à leitura (MACHADO, 2008, p. 49-50).

Abarcando a ideia da biblioteca como um espaço livre e local de informação e leitura e, ao pensarmos a mesma como um organismo vivo, dinâmico e crescente, é possível pensá-la como alicerçada nas diretrizes que norteiam a sustentabilidade. Sustentabilidade compreendida na dimensão ambiental e social, baseada no princípio ético e de solidariedade (SACHS, 2002).

Uma definição atual e ampla de sustentabilidade, é a de Meneghetti (2008), que compreende os requisitos ecológico, econômico, social e cultural, mas colocando o ser humano como centro, pois ele é o fundamento de toda e qualquer sustentabilidade. Nesta perspectiva, torna-se fundamental a formação do capital humano, a mudança de consciência em prol do desenvolvimento e a mudança de hábitos e estilo de vida em favor do indivíduo e da sociedade, criando uma simbiose adequada com o contexto ambiental.

A seguir encontram-se as reflexões acerca da educação ambiental, da biblioteca verde, da Agenda 2030 e da Certificação LEED.

2.1 Educação Ambiental e Sustentabilidade

Hoje em dia, as questões ambientais são uma preocupação para a sociedade como um todo. O aquecimento global, mudanças climáticas e a escassez de recursos naturais atingem, a cada dia, uma parcela maior da população mundial, atingindo mais severamente as camadas populares. Diante dessas questões, as bibliotecas podem contribuir em muito no que se refere à importância da educação ambiental e da prática da sustentabilidade.

Para Silva a educação ambiental é de suma importância; segundo ele:

Educar para uma consciência sustentável possível é necessário e engloba uma perspectiva ambiental, social e educacional. Essa consciência será construída a partir de um processo educativo que implica em um saber ambiental materializado nos valores éticos e nas ações de convívio social, vendo a educação ambiental para a sustentabilidade como um processo de transformação do meio, que minimize os excessos e potencialize por meio de uma proposta (re)educativa, conduzindo a uma contextualização de uma

práxis educativa transformadora da realidade ambiental em que se encontra (SILVA, 2011, p. 115).

A Agenda 21 brasileira (BRASIL, 2004) cita a promoção de ações que visem à sustentabilidade do ambiente construído, como redução do desperdício, aumento da vida útil das construções, melhoria dos padrões de conforto ambiental e melhoria da qualidade e produtividade das obras, com participação da cadeia produtiva do setor. No entanto, as diretrizes são bem gerais e as especificidades foram delegadas aos poderes locais e regionais, como o estado e o município.

Segundo Leff (2012, p. 22) “o saber ambiental orienta uma nova racionalidade para os ‘fins’ da sustentabilidade, da equidade e da justiça social”.

É sobre esse aspecto que podemos colocar as bibliotecas como desenvolvedoras desse “saber ambiental”. Sendo corroboradas pelas orientações da IFLA que estimula os serviços de bibliotecas e informações e seu pessoal a defender e promover os princípios do desenvolvimento sustentável.

De acordo com o Manifesto da IFLA 2002, os bibliotecários devem reconhecer a importância da educação em suas várias formas e seu acesso universal. Os serviços da biblioteca devem estar estruturados como portais de conhecimento e cultura para poder proporcionar o acesso a informações, ideias e obras em vários formatos e suportes, apoiar o desenvolvimento pessoal de todos os grupos etários e levar à participação ativa dos indivíduos na sociedade e em processos decisórios (IFLA, 2002).

E, de acordo com a Declaração de Lyon, “bibliotecas e outros intermediários da informação podem utilizar as TICs para reduzir a lacuna entre a política nacional e a implementação local para assegurar que os benefícios do desenvolvimento cheguem a todas as comunidades” (IFLA, 2014, s. p.).

A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que institui a Política Nacional de Meio Ambiente, também evidenciou a importância da dimensão pedagógica no Brasil, exprimindo, em seu artigo 2º, inciso X, a necessidade de promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente (BRASIL, 1981).

Saviani considera que:

para sobreviver, o homem necessita extrair da natureza, ativa e intencionalmente, os meios de sua subsistência. Ao fazer isso, ele inicia o processo de transformação da natureza, criando um mundo humano (o mundo da cultura) (SAVIANI, 2010, p. 11).

A sustentabilidade se refere à busca pelo equilíbrio e evolução harmoniosa de diferentes dimensões: social, econômica, política e ambiental. E como já mencionado anteriormente, hoje esse conceito sustentável não está ligado apenas às questões financeiras, mas relacionada principalmente a uma consciência sustentável, com que cada pessoa pode e deve contribuir. Os esforços são direcionados a questões que dizem respeito à identificação de recursos necessários para essas contribuições, tornando visível uma consciência sustentável possível através de ações e práticas diárias dentro das instituições. Ou seja, um novo olhar sobre uma questão mundial, universal, de forma que todos possam contribuir efetivamente para a sustentabilidade do planeta.

Para Dias (2015, p. 21) “o desenvolvimento sustentável é um conceito que encerra em si mesmo, muitas considerações”.

O desenvolvimento sustentável reflete-se no equilíbrio entre as necessidades econômicas, a justiça social e o respeito ambiental, sempre com a perspectiva de garantir a qualidade de vida humana e a qualidade dos ecossistemas. A incorreta gestão dos recursos finitos, como a água potável ou a energia oriunda de combustíveis fósseis, sem uma aposta na reutilização de recursos e criação de alternativas renováveis, apenas contribuirá para a insustentabilidade dos sistemas de vida no planeta. A responsabilidade inerente às novas gerações tem de ser garantida através da criação de políticas de sustentabilidade ambiental, que posteriormente e na prática, sejam devidamente aplicadas (DIAS, 2015, p. 21).

Sobre toda essa questão relativa a bibliotecas e sustentabilidade, Dias (2015, p. 43) afirma que: “se todas as bibliotecas pretendem pertencer à sua comunidade, servir os seus interesses e necessidades de informação e conhecimento, têm inevitavelmente que integrar uma nova visão mais sustentável.”

2.2 Bibliotecas Verdes

O debate em torno das propostas de criação e desenvolvimento de bibliotecas verdes é recente e encontra-se em fase de construção e reconstrução dos conceitos para esta finalidade. A principal ideia baseava-se na construção de edifício voltado

para biblioteca e atualmente esses conceitos também estão associados a um conjunto de atitudes e comportamentos sustentáveis que podem ser abordados e implementados nas bibliotecas.

Como mencionado anteriormente, um dos conceitos da biblioteca verde baseia-se na construção de edifícios a partir de determinações do sistema de certificação LEED do *Green Building Council* Brasil, um edifício verde é construído atendendo e incorporando os seguintes critérios:

- espaço sustentável;
- eficiência do uso da água;
- eficiência energética;
- recursos locais, conservação de materiais e redução de resíduos;
- qualidade ambiental no interior;
- inovação no design e processos;
- créditos regionais.

Diante dessa nova perspectiva no que tange à construção de edifícios verdes, vale ressaltar que as bibliotecas públicas e comunitárias, em função do fato de que atendem a um público diversificado e de maior alcance, deveriam ser as primeiras a adotar práticas sustentáveis e disseminar a importância da preservação do meio ambiente e a educação ambiental. Como afirma Cardoso:

Todas as bibliotecas são espaços potenciais de conscientização do cidadão e devem servir como exemplo a ser seguido por todos. As bibliotecas públicas, por serem instituições mantidas pelo Estado (Município, Estado e Federação), devem ser as primeiras a incorporarem a construção sustentável, critérios e princípios de economia de recursos naturais, minimizar o impacto ambiental, gerenciando racionalmente os bens públicos, além da gestão adequada de resíduos sólidos e não esquecendo de cumprir sua missão colaborando para ampliar o acesso à informação, incentivando a leitura e práticas sustentáveis (CARDOSO, 2015, p. 30).

Para Dias, as bibliotecas verdes fundamentam seus princípios em 04 pontos:

1. Na sua **missão** – transmitir conhecimento e incentivar cidadania.
2. Com a aposta na **tecnologia** – a aliança entre a arquitetura, a engenharia e a biblioteconomia é possível de concretizar.
3. Com o uso da **imagem** – serem reconhecidas as novas bibliotecas do século XXI.
4. Implementando a **sustentabilidade** – com o incentivo do investimento e da criação de parcerias para a eficiência energética é possível readaptar espaços e consumos (DIAS, 2015, p. 46).

Dias ainda considera que em 10 anos:

rapidamente o conceito de “bibliotecas verdes” deixa de se basear especialmente em parâmetros de construção sobre o edifício que alberga a biblioteca, transformando-se num conjunto de boas práticas e *marketing* que por sua vez, re-transforma estas organizações em “bibliotecas sustentáveis” (DIAS, 2015, p. 46).

A construção de bibliotecas sustentáveis torna-se importante tendo em vista a riqueza desses espaços para intervenções em seu contexto, resultando em um trajeto mais curto para alcançarmos o desenvolvimento sustentável de nossa sociedade.

2.3 Agenda 2030 e Desenvolvimento Sustentável

A Agenda 2030 é constituída de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com 169 metas associadas, estando estas enquadradas nas 3 dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

Os ODS e suas metas foram aprovados por unanimidade pelos 193 países-membros das Nações Unidas, na Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, realizada na sede das Organizações das Nações Unidas (ONU) em Nova York, em setembro de 2015, entrando em vigor em 01 de janeiro de 2016 com a resolução intitulada “Transformar o nosso mundo: A Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”.

É um documento que se propõe nortear os trabalhos de diferentes tipos de organizações e instituições em relação à economia, ao ambiente e ao desenvolvimento social para os próximos 15 anos. Sendo também uma tentativa de se cumprir metas não alcançadas instituídas nos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e suas 21 metas, que vigorou de 2000 a 2015, na promessa de beneficiar, em particular, os países mais pobres e vulneráveis. Dando continuidade às prioridades de desenvolvimento, na erradicação da pobreza, a saúde, a educação e a segurança alimentar e nutricional. Tendo sido criada para colocar o mundo em um caminho mais sustentável e resiliente. Desenvolvendo-se num plano de ação para estimular áreas de fundamentais importâncias como: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias, conforme demonstrado na figura, a seguir:

Figura 1: Metas dos ODS



Fonte: Plataforma Agenda 2030

A Agenda 2030 serve de embasamento para as autoridades nacionais implementarem mudanças num movimento global de melhoria social cada um com as suas necessidades e prioridades locais. Busca assegurar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres.

Para o secretário-geral da ONU Ban Ki-moon,

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são a nossa visão comum para a Humanidade e um contrato social entre os líderes mundiais e os povos. São uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta, e um plano para o sucesso (UNRIC, 2016).

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável encontram-se ilustrados na figura 02; são eles:

- Objetivo 1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
- Objetivo 2: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
- Objetivo 3: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
- Objetivo 4: Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

- Objetivo 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
- Objetivo 6: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos
- Objetivo 7: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos
- Objetivo 8: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos
- Objetivo 9: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
- Objetivo 10: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
- Objetivo 11: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
- Objetivo 12: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
- Objetivo 13: Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos
- Objetivo 14: Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
- Objetivo 15: Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade
- Objetivo 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
- Objetivo 17: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fonte: Organização das Nações Unidas (2016).

Figura 2: 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Organização das Nações Unidas (2015).

Os ODS são de suma importância, cabendo às pessoas e às organizações trabalharem para alcançar os objetivos globais e assim construir e tornar o mundo melhor para elas e as gerações futuras. De acordo com a Plataforma Agenda 2030:

Devemos aproveitar essa oportunidade para mudar nosso mundo para melhor. Entendemos o que podemos e devemos fazer para erradicar a extrema pobreza, a fome e o sofrimento desnecessário, e podemos construir uma comunidade mundial que provê a todos os seus cidadãos o direito igual para viverem suas vidas em plenitude – tudo isso sem prejudicar o planeta (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2017).

A importância da participação social na disseminação e implementação dessa agenda internacional tem muito do legado deixado pelo processo de municipalização dos ODM e a consulta à sociedade civil frente às prioridades. Engajado nesse processo, o Brasil formou uma ampla rede de organizações da sociedade civil incluindo 5 grandes redes nacionais, a saber:

- Movimento Nacional ODS Nós Podemos: é um movimento nacional criado em 2004 para conscientizar os setores público e privado e a sociedade civil sobre a Agenda 2030.

Figura 3: Movimento Nacional ODS Nós Podemos



Fonte: Movimento Nacional ODS Nós Podemos

- Grupo de Trabalho – Agenda 2030: é um grupo de trabalho da sociedade civil para a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, promovido pela Abong para reunir informações e análises sobre a reta final das definições da agenda Pós-2015 e a implementação da Agenda 2030. Além de mobilizar a atenção da sociedade para a importância dessas definições para o futuro e para as lutas das organizações e movimentos sociais.

Figura 4: Grupo de Trabalho – Agenda 2030



Fonte: Grupo de Trabalho – Agenda 2030 (2015).

- Programa Cidades Sustentáveis: promove a proposta de desenvolvimento sustentável entre os gestores públicos com foco na sustentabilidade urbana, oferecendo um conjunto de indicadores e um banco de práticas com casos exemplares nacionais e internacionais como referências a serem seguidas pelos municípios. Estimulando as cidades brasileiras a se desenvolverem de forma econômica, social e num ambiente sustentável.

Figura 5: Programa Cidades Sustentáveis



Fonte: Programa Cidades Sustentáveis (2011).

- Rede ODS Brasil: é um colegiado de instituições públicas e privadas, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e comunidades que promovem diálogos pautados nos direitos humanos e nos ODS.

Figura 6: Rede ODS Brasil



Fonte: Rede ODS Brasil (2015).

- Estratégia ODS: é uma coalizão que reúne organizações representativas da sociedade civil, do setor privado, de governos locais e da academia com o propósito de ampliar e qualificar o debate a respeito dos ODS e de mobilizar, discutir e propor meios de implementação efetivos para essa agenda.

Figura 7: Estratégia ODS



Fonte: Estratégia ODS (2013).

O fato é que todos precisam se conscientizar sobre o problema. O governo formando uma força tarefa com o público (é preciso promover a atuação dos governantes e gestores locais como protagonistas da conscientização e mobilização em torno dessa agenda) e o privado (a aproximação com o setor privado é fundamental para garantir que a implementação dos ODS ocorra em diferentes esferas de atuação), na busca do desenvolvimento sustentável, por meio de ações focadas e coerentes.

2.4 Certificação Internacional LEED (*Leadership in Energy and Environmental Design*)

A certificação LEED é um sistema de pontuação para medir o desempenho ambiental de *design*, construção e manutenção de edifícios verdes. Criado em 1993

pelo *United States Green Building Council* (USGBC), o método norte-americano é o selo de maior reconhecimento internacional e o mais utilizado em todo o mundo, a primeira versão do sistema de classificação foi inaugurada em 2000. Baseia-se em referenciais técnicos que apresentam uma lista de desempenhos desejáveis do projeto e construção de edifícios tanto em âmbito público quanto privado. Essa certificação atesta a sustentabilidade do empreendimento e garante que tanto o projeto quanto a obra foram realizados visando o baixo impacto ambiental. Durante o processo de certificação avalia-se, por exemplo, “a matéria-prima utilizada na construção e outros equipamentos e produtos que promovem redução no consumo de recursos naturais e o aumento da qualidade de vida dos ocupantes” (GBC BRASIL, 2017).

O LEED:

é uma ferramenta de Certificação que busca incentivar e acelerar a adoção de práticas de construção sustentável. Para isso, leva em consideração questões de implantação, uso racional de água, eficiência energética, seleção dos materiais, qualidade ambiental interna, estratégias inovadoras e questões de prioridade regional (GBC BRASIL, 2017).

A certificação LEED possui 7 dimensões a serem avaliadas nas edificações. Todas elas possuem pré-requisitos (práticas obrigatórias) e créditos, recomendações que, quando atendidas, garantem pontos à edificação. O nível da certificação é definido conforme a quantidade de pontos adquiridos, podendo variar de 40 pontos a 110 pontos. Os níveis são: *Certified* (Certificado), *Silver* (Prata), *Gold* (Ouro) e *Platinum* (Platina), conforme mostrados na figura a seguir.

Figura 8: Níveis de certificação LEED



Fonte: USGBC (2015)

Em outubro de 2016 passou a vigorar o LEED V4 com 4 tipologias a serem escolhidas de acordo com o projeto da instituição. São elas: BD+C (Novas Construções); ID+C (*Design* de Interiores); O+M (Edifícios Existentes) e ND (Bairros).

Dentro dessas tipologias, segundo a GBC Brasil (2013), encontram-se as categorias:

- LEED *for New Construction and Major Renovations* (Nova construção e grandes reformas);
- LEED *for Core and Shell* (Áreas comuns e envoltória);
- LEED *for Commercial Interiors* (Interiores comerciais);
- LEED *for Schools* (Escolas);
- LEED *for Healthcare* (Hospitais e setor de saúde);
- LEED *for Retail* (Varejo);
- LEED *for Existing Buildings: Operations and Maintenance* (Edifícios existentes: Operação e Manutenção);
- LEED *for Homes* (Casas);
- LEED *for Neighborhood Development* (Desenvolvimento de bairros)

Fonte: GBC Brasil (2013)

Após a instituição definir a categoria que receberá a certificação, para conquistar o LEED, o projeto precisa passar por um sistema de notas (*rating system*) com vários critérios para certificar a sustentabilidade e a redução do impacto ambiental da construção comprovando que foram adotadas práticas que levaram o meio ambiente em consideração. Esses critérios são divididos pela a GBC Brasil (2013) em 7 grupos que reúnem diferentes pontos técnicos e sociais que devem ser levados em conta na avaliação da edificação para obtenção da pontuação. São elas:

- *Sustainable Sites*: Sustentabilidade da localização (SS);
- *Water Efficiency* (WE): Eficiência no uso da água;
- *Energy & Atmosphere* (EA): Eficiência energética e cuidados com as emissões na atmosfera;
- *Materials & Resources* (MR): Otimização dos materiais e recursos naturais a serem utilizados na construção e operação da edificação;

- *Indoor Environmental Quality* (EQ): Qualidade ambiental no interior da edificação;
- *Innovation In Design* (IN): Uso de novas tecnologias que melhorem o desempenho do edifício;
- *Regional Priority* (CR): Edificações que dão prioridade às preocupações ambientais regionais.

Fonte: GBC Brasil (2013)

Contudo, um projeto sustentável não se refere apenas ao aproveitamento dos recursos naturais, como uso da energia solar, ventilação natural, diminuindo os impactos ecológicos. Esses aspectos compreendem um dos quesitos para a certificação. Para ter essa certificação, o empreendimento também precisa ser economicamente viável (retorno aos empreendedores), socialmente justo e culturalmente aceito (contribuir para o crescimento de todas as pessoas envolvidas).

No Brasil, desde 2004, essa certificação é promovida pela organização não governamental *Green Building Council Brasil* (GBC Brasil), entidade que representa, promove e define padrões técnicos locais para o LEED no país; entretanto, o organismo certificador permanece sendo o GBC nos Estados Unidos. De acordo com o site da Instituição, o Brasil é o quarto lugar com maior número de registros no *ranking* mundial (GBC Brasil, 2014).

Atualmente existem 8 selos diferentes: Novos Edifícios; Operação e Manutenção de Edifícios já construídos; Ambientes Internos; Estrutura de Ambientes Comerciais; Lojas de Varejo; Escolas; Desenvolvimento de Bairros e Hospitais.

Os prédios já construídos que conquistam o LEED passam por novas avaliações de 4 em 4 anos para verificar se o edifício ainda cumpre as normas, que também podem passar por ajustes e inserir novos critérios, a cada nova versão da certificação.

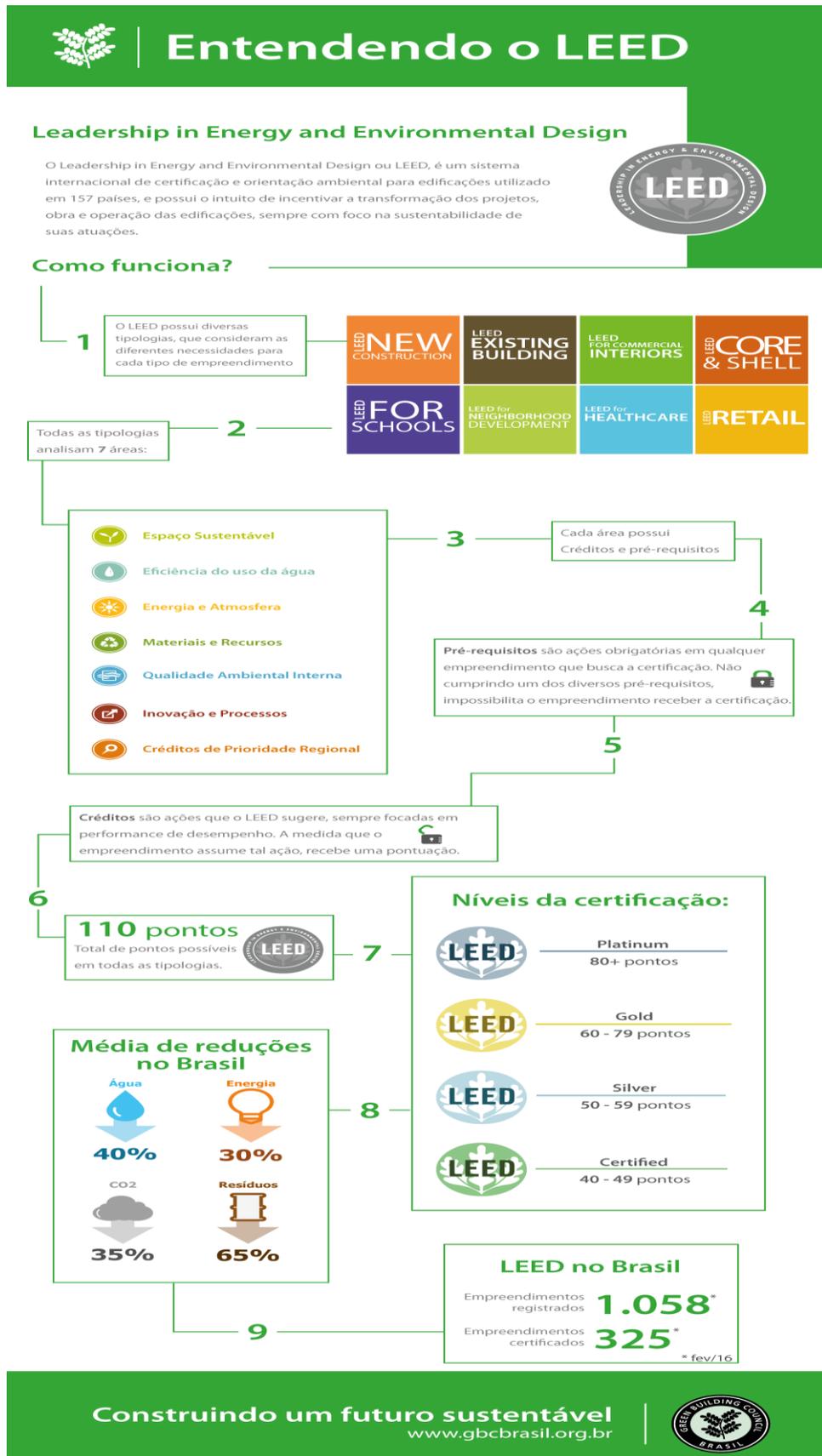
Apesar de o Brasil estar na quarta posição mundial quanto ao número de obras certificadas pelo sistema LEED, essa prática é adotada predominantemente em empreendimentos comerciais, preocupados em passar uma boa imagem ao público. E as edificações com selo de sustentabilidade apresentam velocidade de venda e locação superior às demais construções não certificadas.

De acordo com o Diretor Gerente do *Green Building Council* Brasil, Felipe Faria:

[...] estão surgindo inúmeros estudos e pesquisas que fortalecem e justificam nosso movimento de *green building*; e, o mais importante: observamos um célere processo de conscientização do mercado, Governo e sociedade ao conceito de sustentabilidade, princípio norteador do novo tratado que guiará a relação entre Homem e Planeta (GBC Brasil, 2015).

A seguir apresentamos o esquema de como a certificação LEED funciona.

Figura 9: Como a certificação LEED funciona?



Fonte: Blog GBC Brasil (2017)

3 BIBLIOTECA SOLIDÁRIA ECOTECA CIDADÃO

Conforme registrado na metodologia desse trabalho, o conteúdo dessa seção foi elaborado a partir de pesquisa documental no *site* e no perfil do *facebook* da instituição.

O Centro Eco Cultural Cidadão Solidário, localizado em Balneário Camboriú, no Estado de Santa Catarina (SC), é um projeto que começou em 2009 com a Associação de Mulheres Solidárias Criativas (AMSC), inicialmente trabalhando com artesanato. Em dezembro de 2013, a coordenadora Luciana Andréa trouxe a proposta Eco Cidadão para trabalhar a educação ambiental, o lixo zero e atuar na conscientização da comunidade em relação ao consumo consciente e à coleta seletiva. Em 2016, o Centro passou a se chamar Instituto Eco Cidadão, com sua nova sede num terreno emprestado, e através de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com o Ministério Público recebeu 2 contêineres para servirem de base para aos novos projetos até 2018; além disso, transformarem o espaço num projeto comunidade sustentável.

Ainda sobre esses novos projetos, a coordenadora comenta em entrevista ao Jornal Página 3:

Nossa meta é transformar a APA (Área de Proteção Ambiental da Costa Brava) em área Lixo Zero até 2020. Queremos desenvolver várias opções de sustentabilidade, como captar água da chuva para reutilizar, criar uma oficina de luz solar, um espaço de aromas e sabores, temos uma mini estação de tratamento de esgoto aqui no espaço, enfim são muitas ideias para executar e para isso precisamos da participação da comunidade (JORNAL PÁGINA 3, 2017).

Essas novas metas para o Instituto Eco Cidadão só vêm somar aos projetos já implementados como é o caso da Biblioteca Ecoteca e os projetos Oficinas de Reciclagem; Bazar de Reuso; Grupo de Costura; Artesanato; Móveis Sustentáveis; Feira Comunitária; Café com Atitude e Semana Lixo Zero BC.

A seguir são apresentadas a foto e a planta do novo projeto do Instituto Eco Cidadão.

Figura 10: Centro Eco Cultural Cidadão Solidário (Instituto Eco Cidadão)



Fonte: Facebook Eco Cidadão (2017).

Figura 11: Planta do Projeto Instituto Eco Cidadão



Fonte: Facebook Eco Cidadão (2017).

Nesse espaço voltado para ações solidárias e ecológicas, foi montada a Ecoteca, uma biblioteca comunitária nos moldes de uma biblioteca livre³, que dispõe de livros recebidos por doação ou troca e que atende toda comunidade e as pessoas que participam das ações do projeto como a troca de resíduos sólidos por

³ Essa proposta biblioteca livre foi criada pelos idealizadores do Blog Bibliotecas do Brasil, Juliano Rocha e Daniele Carneiro, dando orientações a pessoas que queiram montar uma biblioteca comunitária, espaço de leitura, partilhar livros, trocar, doar, incentivar às pessoas à leitura, sem burocracia, com o carimbo do Leia, Empréstimo ou Devolva. O conceito de livre baseia-se em: o leitor é livre para emprestar o livro; e livre fazer a leitura a seu tempo, devolver quando quiser; é livre para emprestar para outra pessoa e é livre para levar para outra cidade e deixar lá (Leia, Empréstimo ou Devolva – Iniciativas do Blog Bibliotecas do Brasil, 2013).

recompensas. O projeto da biblioteca também possui caixas de leitura⁴ espalhadas pela cidade e geladeiras de troca⁵. Alguns livros são comercializados a preço de sebo para garantir a manutenção da biblioteca e o projeto da geladeira trocadeira. A seguir fotos da geladeira.

Figura 12: Projeto Trocadeira – incentiva a troca para reutilização



Fonte: Facebook Eco Cidadão (2016).

A Ecoteca é a 16ª biblioteca comunitária livre do Brasil a utilizar a iniciativa do Leia, Empréstimo ou Devolva. Além da Ecoteca, há ainda 16 bibliotecas que adotaram a mesma iniciativa. São elas: Biblioteca Livre da Cantina Café Mazurok (Uberaba, Curitiba/PR) fechada; Biblioteca Livre da Barbearia Ribas (Boqueirão, Curitiba/PR); Biblioteca Livre do Santuário Adventure (Xaxim, Curitiba/PR); Biblioteca Livre o Restaurante do Tio Zizo (Campo Comprido, Curitiba/PR); Biblioteca Livre da Paladares Lancheria (Araucária/PR); Biblioteca Livre do Kaakupê Praia Hotel (Guaratuba/PR); Biblioteca da Rua do Projeto Contação da Rua (João Pessoa/PB); Projeto Feira do Livro Miaul da Matinfreira (Matinhos/PR); Biblioteca Livre da Agência

⁴ São caixas contendo livros e espalhadas pela cidade disponibilizando livros na base de doação e troca a quem interessar.

⁵ São geladeiras recicladas espalhadas em praças, *shoppings*, onde pessoas doam ou trocam livros, brinquedos, objetos, etc., deixando-os dentro da geladeira e então pegam o que interessa servindo como um troca-troca. Daí o nome geladeira trocadeira.

dos Correios de Guaratuba/PR; Biblioteca Livre da Academia Lift (Araucária/PR); Biblioteca Livre Ler é Viver (Manaus/AM); Biblioteca Livre Leve, Leia e Devolva (Criciúma/SC); Biblioteca Livre da Lavanderia Laundromat (Sertãozinho/SP); Minibiblioteca do Sossego do Parque Gomm (Curitiba/PR); Minibiblioteca Livros no Caminho (Araruama/RJ) e Biblioteca Livre do Complexo Hospitalar do UFC/CE (BIBLIOTECAS DO BRASIL, 2013).

O que podemos observar é que a formação dessas iniciativas, denominadas pela instituição como biblioteca livre, se deu a partir de ações e projetos independentes de incentivo à leitura, que não necessariamente se caracterizam como bibliotecas comunitárias, na concepção proposta por Machado em sua tese de doutorado de 2008. Vemos que a Biblioteca Solidária Ecoteca, desse conjunto de 17 bibliotecas, é a que mais se aproxima do conceito de biblioteca comunitária.

A seguir, são apresentadas as regras da Biblioteca Solidária Ecoteca:

1. Leve o livro para onde quiser durante o tempo necessário;
2. Cuide dele. Depois de ler, devolva ou passe adiante;
3. Este livro não deve pertencer a ninguém;
4. Se ele estiver em prateleira particular, leve-o, leia-o, passe-o adiante ou devolva à Ecoteca;
5. Devolva um livro à Ecoteca e ganhe 05 pontos no seu cartão Eco Cidadão;
6. Entregue um livro seu, na Ecoteca e ganhe 10 pontos no seu cartão Eco Cidadão;
7. Somente livros em bom estado, serão pontuados como reuso;
8. Livros sem condições de uso, serão pontuados como reciclagem;
9. A Ecoteca é um benefício exclusivo de todo cidadão que separa seu lixo e possui o cartão eco cidadão ativo.

Fonte: Biblioteca Solidária Ecoteca (2014).

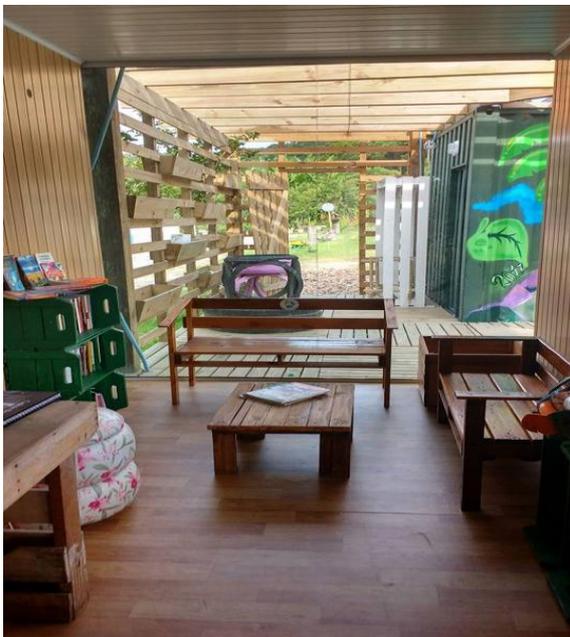
A seguir, é apresentado o *folder* de divulgação e fotos da Biblioteca Solidária Ecoteca.

Figura 13: Ecoteca – Leia, Empreste ou Devolva

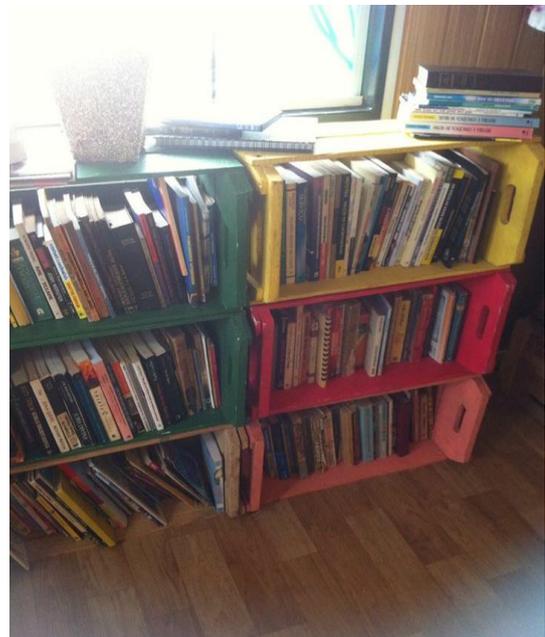


Fonte: Facebook da Instituição (ago. 2015)

Figuras 14 e 15: Biblioteca Solidária Ecoteca



Fonte: Facebook Eco Cidadão (2017).



O local possui ainda um espaço *Ecokids* voltado para as crianças com uma área para educação ambiental com brinquedos de reuso produzidos através de materiais recicláveis. Os brinquedos de reuso são para as crianças que visitam o

Eco Cidadão brincarem no tempo em que estiverem por lá, mas também estão disponíveis para venda. Já os brinquedos de reciclagem são para serem utilizados nas oficinas e para venda.

Figura 16: Espaço Ecokids



Fonte: Bibliotecas do Brasil (2014).

Recorrendo ao referencial teórico e ao conceito de bibliotecas verdes, percebemos que tudo o que foi apresentado na seção 3 corrobora no que tange à importância das bibliotecas comunitárias e à contribuição que estas trazem à comunidade. Mesmo sendo, muitas vezes, uma biblioteca improvisada sem muitos recursos, até atende o seu público, pois serve como um espaço de leitura, entretenimento, mediação cultural e um local com a possibilidade de estimular a educação ambiental e as práticas sustentáveis.

Abarcando o conceito de bibliotecas verdes, vemos que a Biblioteca Solidária Ecoteca Cidadão promove práticas sustentáveis e dissemina a importância da preservação do meio ambiente, o que leva ao incentivo a cidadania.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa pesquisa foi apontar caminhos para que as bibliotecas públicas e comunitárias se envolvam com as questões ambientais, tornando-se um espaço onde as pessoas possam adotar iniciativas que levem a uma melhor relação homem-meio ambiente e que através da criação e incentivos a práticas sustentáveis espera-se que o ambiente da biblioteca possa se tornar um espaço para reflexão e ação, um local onde as pessoas se conscientizem da importância do meio ambiente para suas vidas. Partimos de bases teóricas como leis, conferências, tratados, a Agenda 2030 e as reflexões apontadas por Cardoso (2015) e Dias (2015) nas suas dissertações de mestrado. A pesquisa foi realizada por meio de levantamento bibliográfico e documental.

No tange aos objetivos, podemos apontar como alcançados, pois identificamos algumas pesquisas na área da biblioteconomia, como já mencionado anteriormente, inclusive a tese de doutorado de Machado (2008), todas tendo servido como referência para essa pesquisa. Foram identificadas as experiências como no caso da Biblioteca Solidária Ecoteca Cidadão, que contribui na divulgação das práticas e ações sustentáveis.

A pesquisa se ateve a apresentar o conceito de bibliotecas verdes, a contribuição que a Agenda 2030 e seus objetivos podem trazer em relação à sustentabilidade.

Apresentamos 2 bibliotecas como fonte de pesquisa: a Biblioteca Parque do Estado do Rio de Janeiro, única instituição no ramo a ter a certificação LEED; entretanto, não foi possível aprofundar a pesquisa devido ao fato da mesma estar fechada; e a Biblioteca Solidária Ecoteca Cidadão, uma biblioteca comunitária livre que faz parte do projeto do Instituto Eco Cidadão atuando como um elemento de inserção sociocultural, e que, através de ações práticas e sustentáveis, está conseguindo conscientizar crianças e adultos, sob dois aspectos, o primeiro pela importância da leitura e o segundo pelo valor da educação ambiental.

Para nós a Biblioteca Solidária Ecoteca Cidadão e a concepção de biblioteca livre proposta pelo Instituto Eco Cidadão se configura como uma ação cultural, que pode servir de exemplo para ser adotada por bibliotecas públicas no país.

Fazendo referência à certificação internacional LEED, vimos que a certificação ambiental é importante, pois tornar-se um dos preceitos para que se alcance o desenvolvimento sustentável, porém não é o único. A execução de iniciativas voltadas à geração de emprego e educação, por exemplo, são primordiais para que o país possa não apenas crescer, mas também desenvolver-se, na essência da palavra. Sendo necessário avançar num novo modo de vida, com outros valores em termos de sustentabilidade e meio ambiente, com uma visão voltada à preservação do planeta e a um melhor uso dos recursos naturais disponíveis, buscando diminuir o consumismo e tendo um olhar preservacionista, para que possamos salvar o que ainda nos resta passível de uso.

Assim, convidamos a comunidade e os profissionais da área de biblioteconomia a refletir acerca de uma proposta de abordagem para educação ambiental a partir de práticas e ações sustentáveis e da implantação de bibliotecas verdes. Só assim conseguiremos trilhar um caminho de sucesso rumo ao desenvolvimento sustentável alicerçado pelo conceito de bibliotecas verdes.

Encerramos com a célebre frase de Mahatma Gandhi:

“Seja a mudança que você quer ver no mundo”.

REFERÊNCIAS

ANTONELLI, Monika. **The green library movement**: an overview of green library literature and actions from 1979 to the future of green libraries. *Eletronic Green Journal*, 2008. Disponível em: <<https://escholarship.org/uc/item/39d3v236>>. Acesso em: 01 set. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.usjt.br/arq.urb/arquivos/abntnbr6023.pdf>>. Acesso em: 03 abri. 2017

_____. **NBR 6027**: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://caxias.ufma.br:8080/pgcult/documentos/NBR_6027_2013.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2017

_____. **NBR 10520**: Informação e documentação: citação em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 14724**: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

BIBLIOTECA SOLIDÁRIA ECOTECA CIDADÃO. Balneário Camboriú, SC, 2014. Disponível em: <<http://www.bibliotecasdobrasil.com/2014/05/biblioteca-solidaria-ecoteca-balneario.html>>. Acesso em: 20 set. 2016.

BIBLIOTECAS DO BRASIL. Leia, Empréstimo ou Devolva – Iniciativas do Blog Bibliotecas do Brasil, 2013. Disponível em: <<http://www.bibliotecasdobrasil.com>>. Acesso em: 20 set. 2016.

BIBLIOTECAS DO BRASIL. Leia, Empréstimo ou Devolva - Iniciativas do Blog. Lista de Bibliotecas, 2013. Disponível em: <<http://www.bibliotecasdobrasil.com/2013/04/leia-emprestimo-ou-devolva.html>>. Acesso em: 20 out. 2016

BLOG GBC Brasil. **Como a Certificação LEED funciona?** Disponível em: <<http://blog.gbcbrasil.org.br/?p=1551>>. Acesso em: 08 maio 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. cap. VI, Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 30 mar. 2017

_____. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. **Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em: 30 mar. 2017.

_____. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm>. Acesso em: 17 fev. 2017.

_____. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acesso em: 30 mar. 2017.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Protocolo de Quioto.** Disponível em: <http://mudancasclimaticas.cptec.inpe.br/~rmclima/pdfs/Protocolo_Quito.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2017.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 brasileira:** resultado da consulta nacional. 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Projeto Salas Verdes.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/educacao/salas-verdes#oprojeto>>. Acesso em: 20 set. 2016.

_____. Senado. **Em discussão.** Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/temas-em-discussao-na-rio20/ecodesenvolvimento-conceito-desenvolvimento-sustentavel-relatorio-brundtland-onu-crescimento-economico-pobreza-consumo-energia-recursos-ambientais-poluicao.aspx>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

CARDOSO, Nathalice Bezerra. **Bibliotecas Verdes e Sustentáveis no Brasil:** diretrizes para bibliotecas públicas. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia). Centro de Ciências Humanas e Sociais. UNIRIO, Rio de Janeiro, 2016.

CLIN. Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói. **Ecoclin.** Disponível em: <<http://www.clin.rj.gov.br/?a=ecoclin>> Acesso em: 15 set. 2016.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum.** Rio de Janeiro: FGV, 1991. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

DIAS, Sandra Maria Moura. **Sustentabilidade Ambiental Aplicada aos Sistemas de Informação:** estudo e proposta para bibliotecas públicas em Portugal. Dissertação (Mestrado em Ciências da Documentação e Informação). FLUL. Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/22486/1/ulfl199965_tm.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2017.

_____. **Sustentabilidade Ambiental nas Bibliotecas Públicas de Portugal.**

Proposta de Guia de Procedimento de Biblioteca Verde. FLUL. Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015. Disponível em:

<http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/22486/2/ulfl199965_tm_anexos.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2017.

ECO CIDADÃO. Programa BC Comunidade. TV CÂMARA BALNEÁRIO CAMBORIÚ, Santa Catarina: TV Câmara. Entrevista 03 abr. 2017. Programa de TV. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=WZntV2EK86g&feature=youtu.be>>. Acesso em: 19 maio 2017.

ENEL BRASIL . Disponível em:

<<http://www.eneldistribuicao.com.br/rj/EnelSociedade.aspx>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

ESTRATÉGIA ODS. **Estratégia ODS.** Disponível em:

<<http://www.estrategiaods.org.br/estrategia-ods/>>. Acesso em: 12 maio 2017.

FACEBOOK. Eco Cidadão. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/ecocidadaobc>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS. **Diretrizes da IFLA sobre os serviços da Biblioteca Pública.** 2. ed. Lisboa: Direção-geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, 2013. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/series/147-pt.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

_____. **Declaração de Lyon sobre o Acesso à Informação e Desenvolvimento.**

2014. Disponível em: <<http://www.lyondeclaration.org/content/pages/lyon-declaration-pt.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

_____. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas 1994.** Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2016.

GBC Brasil. FAQ Perguntas Frequentes. **O que é o LEED.** Disponível em:

<<http://www.gbcbrazil.org.br/faq.php>>. Acesso em: 05 maio de 2017

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Secretaria de Cultura. Biblioteca Parque Estadual. **Apresentação.** Disponível em:

<<http://www.cultura.rj.gov.br/apresentacao-espaco/biblioteca-parque-estadual-bpe>>. Acesso em: 20 set. 2016.

GREEN BUILDING COUNCIL BRASIL. GBC Brasil. Disponível em:

<<http://www.gbcbrazil.org.br/faq.php>>. Acesso em: 05 maio 2017.

GREEN BUILDING COUNCIL BRASIL. GBC Brasil. Entrevista Felipe Faria (Diretor Gerente do *Green Building Council* Brasil). Publicada 22 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.gbcbrazil.org.br/detalhe-noticia.php?cod=116>>. Acesso em: 05 maio 2017.

GREEN LIBRARIES. *A website for information about green and sustainable libraries*. **Resources**. Disponível em: <<http://www.greenlibraries.org/resources>>. Acesso em: 20 set. 2016

GRUPO DE TRABALHO – AGENDA 2030. **Quem somos**. Disponível em: <<https://brasilnaagenda2030.org/quem-somos-2/>>. Acesso em: 12 maio 2017.

IFLA/UNESCO. **Declaração sobre Bibliotecas e Desenvolvimento Sustentável**. 2002. Disponível em: <http://portal.unesco.org/en/files/5656/10310688594IFLA_Statement_on_Sustainable_Development_and_Libraries.doc/IFLA%2BStatement%2Bon%2BSustainable%2BDevelopment%2Band%2BLibraries.doc&prev=search>. Acesso em: 31 mar. 2017.

JORNAL PÁGINA 3. **Projeto de sustentabilidade esta virando realidade no Estaleirinho**. Publicação: 08 fev. 2017. Balneário Camboriú, SC. Disponível em: <<http://www.pagina3.com.br/cidade/2017/fev/8/2/projeto-de-sustentabilidade-esta- virando-realidade-no-estaleirinho>>. Acesso em: 25 maio 2017.

LEED. *Leadership in Energy and Environmental Design*. Certificação LEED. Disponível em: <<http://www.gbcbrazil.org.br>>. Acesso em: 30 out. 2016.

LEFF, E. **Aventuras da Epistemologia Ambiental**: da articulação das Ciências ao Diálogo de Saberes. São Paulo: Cortez, 2012.

LEIA, EMPRESTE OU DEVOLVA – **Iniciativa do Blog Bibliotecas do Brasil**. 2013. Disponível em: <<http://www.bibliotecasdobrasil.com/2013/04/leia-empreste-ou-devolva.html>>. Acesso em: 06 jun. 2017

LEMOS, Antonio Agenor Briquet de. Bibliotecas. In: CAMPELLO, Bernadete, CALDEIRA, Paulo da Terra (org.) **Introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 2. ed., p.101-119. Disponível em: <[https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=LEMOS,+Antonio+Agenor+Briquet+de.+Bibliotecas.+In:+CAMPELLO,+Bernadete,+CALDEIRA,+Paulo+da+Terra+\(org.\)+Introdu%C3%A7%C3%A3o+%C3%A0s+fontes+de+informa%C3%A7%C3%A3o.+B](https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=LEMOS,+Antonio+Agenor+Briquet+de.+Bibliotecas.+In:+CAMPELLO,+Bernadete,+CALDEIRA,+Paulo+da+Terra+(org.)+Introdu%C3%A7%C3%A3o+%C3%A0s+fontes+de+informa%C3%A7%C3%A3o.+B)>. Acesso em: 24 abr. 2017.

MACHADO, Elisa Campos. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-07012009-172507/pt-br.php>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

MACHADO, Elisa Campos; ELIAS JÚNIOR, Alberto Calil e ACHILLES, Daniele. A biblioteca pública no espaço público: estratégias de mobilização cultural e atuação sócio-política do bibliotecário. **Perspectiva Ciência Informação**. [Belo Horizonte], v. 14., n. esp., p. 115-127, out./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v19nspe/10.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

MENEGHETTI, Antonio. **A psicologia do líder**. 2. ed. Recanto Maestro: Ontopsicologica Editrice, 2008.

MOVIMENTO NACIONAL ODS NÓS PODEMOS. Disponível em: <<http://www.odsnospodemos.org/>>. Acesso em: 12 maio 2017.

NOSSO FUTURO COMUM. **Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD)**. 2. ed., Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1991. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

_____. **Report of the World Commission on Environment and Development**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/N8718467.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

_____. **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Agenda2030completoportugus12fev2016.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2017.

PLATAFORMA AGENDA 2030. Disponível em: <<http://agenda2030.com.br/agenda2030.php>>. Acesso em: 11 maio 2017.

_____. **Ficou com alguma dúvida?** Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/faq.php>>. Acesso em: 12 maio 2030.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. **O Programa**. Disponível em: <<http://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional/oprograma>>. Acesso em: 12 maio 2017.

REDE ODS BRASIL. Sobre. **História**. 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/redeods.br/about/?ref=page_internal>. Acesso em: 12 maio 2017.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2012. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/226198537/01-Richardson-Pesquisa-Social-MCtodos-e-TCcnicas-pdf-PdfCompressor-643562>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. rev.; Coleção Educação Contemporânea, Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Biblioteca Parque Estadual**. Disponível em: <<http://www.cultura.rj.gov.br/espaco/biblioteca-parque-estadual-bpe>>. Acesso em: 20 set. 2016.

SILVA, Edna da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, Paulo Sérgio. Ações efetivas da educação ambiental na prática escolar. In: SEABRA, Giovanni. **Educação ambiental no mundo globalizado: uma ecologia de riscos, desafios e resistência**. João Pessoa: EU/UFPB, 2011. cap. 8, p. 113-124.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. SNBP. **Informação**. Dados das Bibliotecas Públicas no Brasil. Disponível em: <<http://snbp.culturadigital.br/informacao/dados-das-bibliotecas-publicas/>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

UNRIC. Centro Regional de Informação das Nações Unidas para Europa Ocidental. **Guia sobre Desenvolvimento Sustentável. 17 Objetivos para Transformar o Nosso Mundo**. 2016. Disponível em: <http://www.unric.org/pt/images/stories/2016/ods_2edicao_web_pages.pdf>. Acesso em: 11 maio 2017.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. reimp. Porto Alegre: Bookman, 2003.